

INFORMATIVO - DIREITO DIGITAL

BOLETIM DIGITAL



3ª EDIÇÃO

Notícias desta edição [➤](#)

ALMEIDA
ADVOGADOS

Este é o informativo preparado pela nossa área de Direito Digital com o objetivo de concentrar as principais notícias e mais relevantes discussões sobre os temas do mundo digital. Boa leitura!



INSS CONFIRMA POSSÍVEL VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - confirmou no último 24 de junho a identificação de indícios de que informações sigilosas de pessoas com aposentadorias e benefício sociais e assistenciais tenham sido vazadas. Cerca de 40 milhões de titulares, entre aposentados e pensionistas, tiveram dados cadastrais expostos por meio de acessos sem controle. O órgão público já havia sido penalizado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD - em fevereiro deste ano.

44% DAS EMPRESAS TIVERAM INCIDENTES DE NUVEM

Relatório Cloud Security Study aponta que 44% das organizações sofreram ao menos uma violação de dados na nuvem no último ano, dado considerado expressivo uma vez que mais de 60% delas utilizam mais de 25 diferentes aplicações SaaS. Erros humanos e configuração incorreta continuam sendo as principais causas de violações de dados na nuvem, respondendo por 31% dos incidentes.

4 EM CADA 10 BRASILEIROS JÁ FORAM VÍTIMAS DE GOLPES DIGITAIS

“Relatório de Identidade Digital e Fraude 2024”, desenvolvido pela Serasa Experian, aponta que 42% dos entrevistados já sofreram fraude no Brasil, com 57% tendo perda financeira de R\$ 2.288 em média. Golpes envolvendo empresas aumentou 58% em um ano.

APROXIMADAMENTE 1 EM CADA 5 ATAQUES POR RANSOMWARE SÃO JUDICIALIZADOS NOS EUA

Estudo constata que um a cada cinco ataques ransomware são judicializados, causando prejuízos de mais de 245 milhões de dólares somente em acordos firmados com as empresas envolvidas.

361 MILHÕES DE CONTAS VAZADAS NO TELEGRAM SÃO ADICIONADAS EM PLATAFORMA DE INFORMAÇÃO DE VAZAMENTOS

Do total adicionado cerca de 150 milhões de contas ainda não haviam sido reportadas como vazadas na plataforma Have I Been Pwned, que permite identificar credenciais de acesso comprometidas em vazamentos.

JUSTIÇA DE SP RECONHECE DIREITO DE MÃE AO 'PATRIMÔNIO DIGITAL' DA FILHA FALECIDA

3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reconheceu o direito de uma mãe, única herdeira, ao desbloqueio do celular junto à empresa responsável pelo serviço, diante da possibilidade de o patrimônio digital de pessoa falecida, considerado seu conteúdo afetivo e econômico, integrar o espólio e ser objeto de sucessão. Novo projeto de reforma do Código Civil prevê lacuna presente no atual Código.

COLORADO ALTERA LEI ESTADUAL PARA INCLUIR REQUISITOS PARA TRATAMENTO DE DADOS BIOMÉTRICOS

A "Lei de Privacidade do Colorado" adiciona proteções aos dados biométricos, exigindo que controladores e operadores adotem políticas que: estabeleçam cronograma de retenção; incluam procedimento de resposta à incidentes de segurança de dados, e diretrizes que exigem a exclusão de um identificador biométrico em ou antes de determinadas datas. A legislação também restringe as situações permitidas para empregadores na obtenção do consentimento de funcionários para a coleta desses dados.

RADAR REGULATÓRIO

ANPD É FORMALIZADA COMO COORDENADORA DO SISTEMA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Proposta apresentada em parecer do senador Eduardo Gomes (PL/TO) sobre o PL 2338/23, que dispõe sobre o uso da inteligência artificial (IA) no Brasil, prevê que a ANPD seja órgão de coordenação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA). Novas atribuições compreendem representar o Brasil perante organismos internacionais, sob a coordenação do Poder Executivo; celebrar acordos regulatórios com os demais integrantes do SAI; expedir orientações normativas gerais sobre certificados e acreditação de organismos de certificação; entre outras.

ANPD ABRE TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA PROJETO REGULATÓRIO SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Tomada de Subsídios para o Projeto Regulatório sobre o Tratamento de Dados de Crianças e Adolescentes tem como objetivo embasar a análise e a proposição de projeto regulatório a respeito desse grupo de titulares. A consulta ficará acessível até o dia 17/07 na Plataforma Participa+Brasil e é aberta a toda a sociedade.

BIOMETRIA É TEMA DO SEGUNDO VOLUME DA SÉRIE RADAR TECNOLÓGICO DA ANPD

A ANPD publica estudos preliminares da série Radar Tecnológico sobre o tema biometria e reconhecimento facial, com o objetivo de esclarecer seu entendimento sobre os tratamentos envolvendo estes dados pessoais, os quais suscitam diversas preocupações quanto à exposição da privacidade principalmente quanto ao risco de discriminação.

ANPD ASSINA DECLARAÇÃO PELA CRIAÇÃO DA REDE LUSÓFONA DE PROTEÇÃO DE DADOS

ANPD assina declaração pela criação da Rede Lusófona de Proteção de Dados juntamente com os Representantes de Portugal, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Rede tem como objetivo o desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre os membros, em especial com a adesão a instrumentos internacionais que possibilitem a transferência internacional de dados pessoais.

RADAR LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 234/2023 | CÂMARA DOS DEPUTADOS

Criada comissão especial para discutir o Projeto de Lei Complementar que estabelece “Ecosistema Brasileiro de Monetização de Dados” de pessoas físicas e jurídicas, visando reverter para titulares pelo menos 20% do mercado potencial estimado em cerca de US\$1,8 trilhão.

PROJETO DE LEI 2517/2024 | CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estabelece diretrizes para a proteção da privacidade dos cidadãos em meio virtual e amplia as competências da ANPD, em especial no desenvolvimento e na implementação de padrões técnicos de segurança para a proteção de dados pessoais em meio virtual.

PROJETO DE LEI 1287/2024 | CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a LGPD, para determinar aos controladores de bancos de dados públicos a implementação de medidas para coibir a coleta ilícita de dados pessoais.

PROJETO DE LEI 2539/2024 | CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria o Programa Frequência Escolar Digital nas instituições públicas de ensino da educação básica, estruturado para permitir funcionalidades e serviços tais como controles e avisos de acesso de alunos por meio de tecnologia de reconhecimento facial, identidade estudantil, trocas de mensagens informativas e acompanhamento de agenda, notas e atividades escolares.

PROJETO DE LEI 1485/2024 | CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei 10.741/2003 - Estatuto do Idoso - para incluir capítulo para o estabelecimento pelo Poder Público de campanha de orientação aos idosos contra fraudes e outros crimes virtuais.

PROJETO DE LEI 2439/2024 | CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei 10.741/2003 para tornar obrigatória a assinatura física em contratos de operação de créditos contratados por meio eletrônico ou telefônico, firmado por pessoas idosas.

AA nas redes sociais

Siga nosso perfil para **receber atualizações exclusivas** e conteúdo jurídico especializado em Direito Digital!



Márcio Chaves
Sócio

mmchaves@almeidalaw.com.br

+55 (11) 2714 6900 | 9828